



## **INFORMAÇÃO nº 10/2017 –DIAUD2**

**Processo nº:** 5.504/2011 (4 volumes e 5 anexos)  
**Jurisdicionado:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal  
**Assunto:** Auditoria Integrada  
**Ementa:** Representação 05/2011-CF. Auditoria Integrada. Política de Assistência Farmacêutica. Irregularidades. Decisão 2.472/2014. Inspeção. Decisão 3.692/2016. Análise de Diligências.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Auditoria Integrada 1.2004.12, constante do Plano Geral de Ação 2012<sup>1</sup>, realizada na Secretaria de Estado de Saúde do DF - SES, tendo como objeto o exame das seguintes etapas do Ciclo Farmacêutico: Seleção, Programação e Aquisição de medicamentos.

2. Nesta fase processual, examinam-se os documentos encaminhados em face da Decisão 3.692/2016 (fl. 745/746).

### **I. Antecedentes**

3. A Auditoria Integrada 1.2004.12 foi realizada em virtude da Representação 5/2011 – CF (fl. 1) e teve como objeto o exame das etapas de Seleção, Programação e Aquisição de medicamentos da Política de Assistência Farmacêutica.

4. Em decorrência das proposições apresentadas no Relatório Final de Auditoria (fls. 291/329.v), o Tribunal manifestou-se nos termos da Decisão 2.472/2014 (fls. 375/376), determinando ações no sentido de: melhorar a estrutura e os trabalhos da Comissão de Farmácia e Terapêutica; dar maior celeridade aos processos de licitação e de aquisição de medicamentos; aprimorar a disponibilização de dados gerenciais; aperfeiçoar a pesquisa de preços de medicamentos; disponibilizar montante de recursos financeiros em conformidade com os normativos referentes ao assunto e de forma tempestiva, entre outros.

5. Após análise dos dados apresentados pelos jurisdicionados, por meio da Informação 03/2015 – DIAUD2, o Corpo Técnico sugeriu considerar atendidas as determinações objeto dos itens “III.a”, “III.c” e “VI.a” da Decisão 2.472/2014, bem como reiterar as diligências determinadas nos demais itens, considerados não atendidos (fls. 619).

---

<sup>1</sup> Aprovado pela Decisão Administrativa nº 28/12.



6. O Ministério Público de Contas (MPCDF), entretanto, manifestou-se no sentido de determinar a realização de fiscalização para verificar o cumprimento da Decisão (fl. 641). O excelentíssimo senhor Conselheiro Relator, acatando o posicionamento do MPCDF, decidiu pelo retorno dos autos para realização da inspeção (fl. 645).

7. Dessa forma, foi realizada inspeção na SES/DF no período de 28 de novembro de 2015 a 07 de março de 2016, com o objetivo de verificar o cumprimento da Decisão 2.472/2014 (fl. 375/376).

8. Em virtude do Relatório de Inspeção 1.2001/2016 – DIAUD 2 (fl. 665/709), foi prolatada a Decisão 3.692/2016 (fl. 745/746), contendo determinações a fim de sanar as impropriedades e irregularidades ainda identificadas após os trabalhos de fiscalização.

9. Nesta fase processual, examinam-se as informações encaminhadas para dar cumprimento às diligências determinadas à SES/DF, conforme itens “IV” a “VII” da Decisão 3.692/2016 (fl. fl. 745/746).

## **II. Análise das Diligências determinadas à SES**

10. A seguir, apresentam-se os itens da determinação Plenária seguidos da manifestação da Secretaria de Saúde e dos exames pertinentes.

### **Item “IV.a” da Decisão 3.692/2016**

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal: a) disponibilize servidor para atuação permanente, com dedicação exclusiva, às atividades da Comissão Central de Farmácia e Terapêutica, conforme previsto no Art. 14, § 1º da Portaria SES n.º 10/2016, em reiteração ao item “II.b.2” da Decisão n.º 2472/2014;*

11. A Comissão Central de Farmácia e Terapêutica - CCFT é a instância multiprofissional, consultiva e deliberativa dentro dos serviços de saúde, responsável pela condução do processo de seleção, utilização, acompanhamento e avaliação do uso dos medicamentos.

12. Conforme a Portaria SES/DF 10/2016, art. 14, § 1º, deve ser disponibilizado um servidor com dedicação exclusiva, para exercer a função de secretário executivo da CCFT.

13. Entretanto, durante os trabalhos de inspeção realizados pelo Corpo Técnico deste Tribunal, no período de 28/11/2015 a 07/03/2016, verificou-se que inexistia servidor que atuasse com dedicação exclusiva na Comissão (fls. 673).



14. A manifestação da jurisdicionada a respeito restringiu-se à informação apresentada pelo Diretor de Assistência Farmacêutica, datada do dia 07/10/2016, afirmando que foi nomeado servidor com dedicação exclusiva para atuar na CCFT (fl. 779).

### **Análise**

15. A SES/DF informou ter cumprido o item “IV.a” da Decisão 3.692/2016, entretanto, não encaminhou qualquer documentação comprobatória ou informação que pudesse confirmar a nomeação de servidor para atuação permanente e dedicação exclusiva (fl. 779).

16. Foi realizada busca da nomeação para secretário executivo da CCFT no Diário Oficial do DF, porém não se logrou êxito. Em pesquisa referente ao período de janeiro de 2016, mês em que a fiscalização estava sendo realizada, até o dia 26/01/2017, não se encontrou a nomeação de tal componente da Comissão.

17. Verificou-se, no sítio eletrônico da SES/DF<sup>1</sup>, a indicação do servidor Felipe Ferreira como secretário executivo da Comissão Central de Farmácia e Terapêutica – CCFT, conforme acesso em 26/01/2017 (PT 72, fl.1). Cumpre registrar que esse profissional tinha sido apontado como o farmacêutico com dedicação exclusiva para desenvolver atividades na Comissão. No entanto, constatou-se, durante os trabalhos de inspeção, que o servidor atuava 20 horas semanais no colegiado e 20 horas em outro cargo da SES/DF (fls. 673).

18. O secretário executivo da CCFT deve atuar com dedicação exclusiva, consoante a Portaria SES/DF 10/2016, art. 14, §1º. Entretanto, o servidor Felipe Ferreira foi nomeado, no dia 18/01/2017, para exercer o cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Farmácia Clínica, da Diretoria do Hospital da Região Leste, que abrange as cidades-satélites do Paranoá e de São Sebastião (PT 72, fl. 2). Assim, conforme as informações obtidas no sítio eletrônico da SES/DF e apresentadas no Diário Oficial do DF, a função de secretário executivo desse colegiado não está sendo exercida com dedicação exclusiva.

19. Nesse sentido, sugere-se considerar não atendido e reiterar o item “IV.a” da Decisão 3.692/2016.

### **Item “IV.b” da Decisão 3.692/2016**

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal: [...] b) realize a revisão e atualização do Manual de Abastecimento de Medicamentos da Rede de Saúde do Distrito Federal;*

<sup>1</sup> [www.saude.df.gov.br/outros-links/2016-01-07-14-22-59.html](http://www.saude.df.gov.br/outros-links/2016-01-07-14-22-59.html)



20. O Manual de Abastecimento de Medicamentos da Rede de Saúde do Distrito Federal foi validado e aprovado pela Portaria SES/DF 324/2013, em 10/12/2013. Entretanto, observou-se, durante a inspeção, que o documento não está compatível com a nova estrutura da SES/DF, estabelecida pelo Decreto 36.918/2015, além de não contemplar componentes importantes para o controle do processo de aquisição de medicamentos. Nesse sentido, identificou-se a necessidade de revisão e atualização do documento (fls. 690/691) .

21. A SES/DF não se manifestou quanto a esta impropriedade identificada nos trabalhos de inspeção.

### **Análise**

22. O Manual de Abastecimento de Medicamentos da Rede de Saúde do Distrito Federal é importante ferramenta para estabelecer o fluxo e organizar o processo de aquisição de medicamentos no âmbito da SES/DF. Conforme relatado na Informação 3/2015 – DIAUD 2 (fl. 612): “O manual descreve as atividades, define responsabilidades e estabelece indicadores como meios para garantir a eficiência no processo de abastecimento e, por conseguinte, minimizar atrasos na conclusão dos processos”. Entretanto, verificou-se sua desatualização e incompletude.

23. Dessa forma, uma vez que a jurisdicionada não apresentou qualquer manifestação no sentido de cumprir o item “IV.b” da Decisão 3.692/2016, bem como diante da importância do manual supracitado como instrumento de gestão, sugere-se considerar não atendido e reiterar o item em comento.

### **Item “IV.c” da Decisão 3.692/2016**

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal: [...] c) regulamente e implemente os procedimentos de elaboração de pesquisa de preços, contendo, inclusive, previsão da operacionalização da pesquisa nos casos específicos de medicamentos nos quais incidem o Convênio ICMS 87/2002 e o Coeficiente de Adequação de Preço – CAP, em reiteração ao item “III.d” da Decisão n.º 2472/2014;*

24. A inspeção realizada por este Tribunal permitiu identificar que a situação encontrada durante a auditoria ocorrida no ano de 2012 se mantinha. Assim, restou demonstrado que havia desabastecimento de medicamentos na rede pública de saúde em que a principal justificativa para os estoques zerados era os fracassos nos pregões eletrônicos. Ademais, verificou-se variação nos procedimentos de pesquisa de preços realizados pelos servidores, de forma que não estava padronizada a maneira de se realizar a estimativa dos valores dos itens a serem licitados, principalmente em casos específicos,



tais como: aplicação do Convênio CONFAZ 87/2002<sup>1</sup> e do Coeficiente de Adequação de Preços - CAP<sup>2</sup>, utilização da Tabela da Câmara de Regulação de Medicamentos - Tabela CMED<sup>3</sup>. Dessa forma, verificou-se a necessidade de reiterar a determinação de regulamentar e implementar procedimentos para pesquisa de preços de medicamentos no âmbito da SES/DF (fls. 691/694).

25. A responsável pela Diretoria de Instrução para Aquisição - DIAQ/SES-DF, por meio do Despacho DIAQ 11/2016, de 01/11/2016, afirmou que está sendo realizado processo de implantação de procedimentos padrões para pesquisa de preços no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do DF, denominados de Procedimentos Operacionais Padrão. O intuito desse trabalho é de instituir um instrumento que regule essa atividade (fls. 763 e 766).

26. A implantação desses procedimentos ainda deverá passar por diversas etapas, como a análise e aprovação de diferentes setores da SES/DF (fls. 763 e 766).

**Análise:**

27. A implementação de Procedimentos Operacionais Padrão - POPs pode ser importante forma de se orientar a pesquisa de preços de medicamentos e garantir qualidade mínima na atividade de estimar os valores dos produtos a serem adquiridos.

28. Os POPs são documentos em que constam todos os passos a serem realizados no processo de realização de determinada atividade. Funcionam como protocolos a serem seguidos pelos setores responsáveis pelos processos.

29. Nesse sentido, a manifestação da jurisdicionada indica a adoção de medidas para cumprir o item "IV.c" da Decisão 3.692/2016; no entanto, os trabalhos de elaboração dos POPs ainda não foram concluídos. Dessa forma, sugere-se que tome conhecimento das informações encaminhadas pela SES/DF, as quais serão utilizadas para subsidiar o monitoramento, autorizado pela Decisão 3.692/2016, com o intuito de verificar a plena aplicação das medidas indicadas pela jurisdicionada.

<sup>1</sup> Norma que prevê a desoneração do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de determinados medicamentos, quando adquiridos pela Administração pública.

<sup>2</sup> Coeficiente de Adequação de Preços – CAP é um desconto mínimo obrigatório, incidente sobre o Preço Fábrica - PF de alguns medicamentos, inclusive os judicializados, nas compras realizadas pelos entes da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

<sup>3</sup> Tabela estabelecida pela Câmara de Regulação de Medicamentos - ANVISA que apresenta os preços máximos de medicamentos por princípio ativo, para compras públicas: Preço Fábrica (PF) e Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG).



**Item “IV.d” da Decisão 3.692/2016**

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal: [...] d) regulamente, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a operacionalização da isenção ICMS sobre medicamentos e fármacos adquiridos, considerando o disposto no Convênio ICMS n.º 87/02 e alterações posteriores, em reiteração ao item “III.e” da Decisão n.º 2472/2014;*

30. Conforme o Relatório de Auditoria referente a fiscalização realizada no ano de 2012, havia falha na aplicação das regras do Convênio ICMS/CONFAZ 87/02<sup>1</sup>, que trata da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para determinados medicamentos listados na norma e adquiridos pela Administração Pública (fls. 318v/319v).

31. Durante os trabalhos de inspeção, constatou-se que ainda há falhas operacionais quanto à aplicação desse Convênio, principalmente, em relação às propostas apresentadas pelos interessados na licitação, que não discriminavam os valores bruto e líquido dos medicamentos. Outrossim, observou-se falhas na emissão de notas fiscais, a exemplo de registro do imposto com alíquota maior que zero, a despeito do medicamento ser desonerado (fls. 695/701).

32. A responsável pela Subsecretaria de Administração Geral da SES/DF informou que existe rotina de registro dos medicamentos desonerados de ICMS no Termo de Referência elaborado pela área técnica. Ademais, foi relatado que: “*após o fechamento do pregão no Sistema Comprasnet, é verificado se os preços das marcas/fabricantes ofertados estão com a aplicação da desoneração correta*” (fl. 766).

33. Além disso, afirmou-se que está em elaboração a minuta de Instrução Normativa para tornar obrigatória a inserção de informação sobre a isenção de ICMS, no Termo de Referência e na Autorização de Fornecimento de Material – AFM (fl. 766).

**Análise**

34. A responsável pela Subsecretaria de Administração Geral - SUAG da SES/DF afirmou existir rotina de inserção da informação sobre a desoneração do ICMS no Termo de Referência - TR dos processos de licitação, bem como de verificação das propostas quanto à correta desoneração do imposto (fl. 766). Entretanto, durante os trabalhos de inspeção realizados em novembro de 2015 a março de 2016, verificou-se que, a despeito de constar a informação no TR, houve casos de medicamentos que não possuíam na proposta,

<sup>1</sup> [http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2002/CV087\\_02.htm](http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2002/CV087_02.htm)





tampouco na Nota Fiscal, a indicação da desoneração de ICMS, o que está em desacordo com o Convênio Confaz 87/2002 (PT 69, fl. 9).

35. Assim, o simples registro dos dados em documentos de aquisição de medicamentos se mostrou não ser suficiente para resolução das falhas de operacionalização quanto à isenção de ICMS, nos processos de licitação e aquisição de medicamentos.

36. Dessa forma, além do registro nos documentos, é necessária a adoção de ações de controle, de forma a verificar a desoneração correta dos medicamentos constantes na Convênio CONFAZ. Nesse sentido, foi afirmado que há rotina de verificação da correta desoneração quando do fechamento do pregão no Sistema Comprasnet (fl. 766). Tal medida é importante para garantir a correta isenção do tributo nas propostas apresentadas pelos interessados da licitação, garantindo, assim, a desoneração do imposto na contratação e pagamento dos medicamentos.

37. Ressalta-se, no entanto, que durante os trabalhos de inspeção, verificou-se que havia a suspensão da licitação e encaminhamento do processo à SUAG para verificar a conformidade do preço ofertado com a desoneração do CONFAZ. Não obstante, não havia qualquer análise que verificasse a regularidade do preço ofertado quanto à correta desoneração do ICMS (fls. 697/698).

38. Ademais, a despeito da afirmação de que é realizada rotina de verificação da correta desoneração quando do fechamento do pregão, não foi apresentado qualquer documento comprobatório que confirme a realização dessa rotina.

39. Outra questão importante se refere às notas fiscais oneradas com a alíquota de ICMS indevidamente, de forma que não foi indicada rotina de controle para confirmar a correta desoneração de ICMS quando da emissão da Nota Fiscal e pagamento do produto adquirido.

40. Nesse sentido, verifica-se, de acordo com a manifestação da jurisdicionada, que foram adotadas algumas medidas para cumprir o item "IV.d". No entanto, não restou comprovado a operacionalização correta quanto à desoneração de medicamentos conforme o Convênio CONFAZ 87/2002. Sugere-se, portanto, tomar conhecimento das informações apresentadas em atenção ao item "IV.d" da Decisão 3.692/2016, as quais contribuirão para o monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas, para verificar a eficácia das medidas adotadas.



**Item “IV.e” da Decisão 3.692/2016**

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as seguintes medidas, dando conhecimento ao Tribunal: [...] e) promova a apuração e o devido ressarcimento dos valores indevidamente pagos, em decorrência da não desoneração do ICMS, conforme Convênio ICMS 87/2002, referentes aos processos: 0060.012.903/2014, notas fiscais n.º 055.354, 055.353, 056.063 e 056.243; 0060.006.262/2015, nota fiscal n.º 057.204 e 0060.003.965/2014, nota fiscal n.º 314.605;*

41. Restou identificado, na última fiscalização, que, de dezoito notas fiscais de medicamentos analisadas, em cinco, o produto foi tributado indevidamente<sup>1</sup>, ou seja, houve cobrança de ICMS, a despeito do medicamento constar da lista dos desonerados desse tributo pelo Convênio ICMS 87/2002 e alterações (PT 68, e-doc 6F3B7B0B, fls. 435/442 e fls. 453/454). Somente uma nota fiscal, nº 216444, processo 060.001.866/2015, (PT68, e-doc 6F3B7B0B, fl. 433/434), das treze que estão desoneradas de ICMS, apresenta informações conforme exige o Convênio: além de discriminar o valor bruto do produto, informa o desconto e a alíquota utilizados. Assim, foi determinado que a SES/DF realizasse a apuração e o devido ressarcimento nos casos identificados de tributação indevida (fls. 699/701).

42. Com o intuito de dar cumprimento à determinação do Tribunal constante deste item da Decisão 3.692/2016, o Diretor Executivo do Fundo de Saúde do DF afirmou que a solicitação de restituição dos valores referentes à cobrança indevida de ICMS de medicamentos desonerados será direcionada à Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Paraná, quanto aos Processos SES/DF 060.012.903/2014 e 060.006.262/2015 e à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, quanto ao Processo SES/DF 060.003.965/2014 (fl. 782).

**Análise**

43. A manifestação da jurisdicionada demonstra que a SES/DF traçou a medida a ser adotada para o ressarcimento da cobrança indevida de ICMS, qual seja, solicitar a restituição do valor cobrado de ICMS ao órgão responsável pelo recolhimento do tributo. No entanto, as medidas ainda não foram adotadas, de forma que foi indicado o dia 01/03/2017 como data de início de implementação das ações (fl. 782).

44. Sugere-se, portanto, que sejam conhecidas as informações encaminhadas pela jurisdicionada a respeito do item “IV.e” da Decisão 3.692/2016, as quais irão amparar o monitoramento a ser realizado por este Tribunal.

<sup>1</sup> Processo 0060.012.903/2014 - Notas Fiscais nº 055.353 e 055.354 de 23/01/2015 e nº 056.063 de 24/03/2015; Processo 0060.006.262/2015 Nota Fiscal nº 057.204 de 13/10/2015; e Processo 0060.003.965/2014 Nota Fiscal nº 314.605 de 06/10/2014





**Item “V.a” da Decisão 3.692/2016**

*V – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que:*  
*a) promova a autuação de processos para tratar de todos os casos de inclusão ou exclusão de medicamentos na Relação de Medicamentos (REME), observando os prazos previstos na Portaria SES n.º 33/2016, fazendo constar dos autos as justificativas e as atas da reunião de deliberação da Comissão Central de Farmácia e Terapêutica, em reiteração ao item “II.a.1” da Decisão n.º 2472/2014;*

45. À época dos trabalhos de auditoria, constatou-se grande demora para autuação dos processos referentes às demandas apresentadas na Comissão Central de Farmácia e Terapêutica – CCFT, com consequente atraso na análise das solicitações de inclusão ou exclusão de medicamentos (fls. 300v/301).

46. Durante a inspeção realizada pelo Corpo Técnico deste Tribunal, verificou-se melhora no quadro encontrado durante a auditoria, porém com autuações ainda intempestivas e grande variação de tempo entre a solicitação de padronização ou despadronização do medicamento e a inicialização do processo de análise pela CCFT. Constatou-se que, em 2014 e 2015, a média de tempo para instauração dos processos foi de aproximadamente 91 dias (3 meses)<sup>1</sup>, o que vai de encontro à Portaria SES/DF 33/2016, art. 1º, item V, em que prevê que autuação de processos no âmbito da SES/DF deve ser de “até 24 horas, após a entrega dos documentos, desde que não seja véspera de final de semana ou feriado” (fls. 670/671).

47. Quanto a esta determinação, a SES/DF limitou-se a informar que os processos referentes a inclusão ou exclusão de medicamentos na Relação de Medicamentos do DF (REME) estão sendo atuados após o recebimento da documentação completa da demanda de padronização ou despadronização de medicamentos (fls. 779/779v).

**Análise**

48. A jurisdicionada restringiu-se a afirmar que a autuação dos processos de inclusão ou exclusão de medicamentos na Relação de Medicamentos do DF (REME) são realizados após o recebimento da documentação completa da demanda (fls. 779/779v). Entretanto, não apresentou o prazo de instauração dos processos, tampouco documentos que comprovem que a Portaria SES/DF 33/2016 está sendo atendida.

<sup>1</sup> Retirado da análise três solicitações referentes aos fármacos: cloreto de potássio, clorexidina bucal e metimazol, por ausência de data de solicitação, ausência de data de autuação e por divergência entre os dias de solicitação e de autuação do processo, respectivamente.



49. A autuação célere dos processos é importante medida para iniciar tempestivamente a análise da demanda e para controle pelo setor responsável sobre as solicitações, bem como para permitir o acompanhamento do processo pelo demandante.

50. Nesse sentido, tendo em conta que a efetividade do cumprimento ao item “V.a” da Decisão 3.692/2016 deve ser avaliada *in loco*, sugere-se tomar conhecimento das informações encaminhadas pela jurisdicionada, as quais irão amparar o monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas.

**Item “V.b” da Decisão 3.692/2016**

*V – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: [...] b) adote medidas para dar celeridade às licitações para aquisição de medicamentos, de forma a evitar o desabastecimento na rede pública de saúde;*

51. Durante a inspeção realizada pelo Tribunal, verificou-se que o **tempo médio de realização da licitação para registro de preços** (prazo entre solicitação de registro de preço e a assinatura da ata de registro de preço) foi de 317 dias (aproximadamente 10 meses), com variação entre 172 e 571 dias (aproximadamente 6 meses a 1 ano e sete meses), conforme análise de 9 processos de pregão, homologados nos anos de 2014 e 2015 (fl. 682).

52. Quanto ao **tempo para aquisição dos medicamentos (execução de atas de registro de preços)**<sup>1</sup>, do total de 12 processos analisados, o tempo médio foi de 82 dias (aproximadamente 2 meses e 21 dias), com variação entre 41 e 179 dias (fl. 682/683).

53. Assim, somando o tempo médio para registro de ata de preços e o tempo médio de execução da referida ata, tem-se aproximadamente 390 dias, o que não se mostrava razoável (fl. 682/683). Assim, restou demonstrado que permanecia o longo tempo de licitação para aquisição de medicamentos, encontrado durante a auditoria realizada em 2012, o que poderia estar contribuindo para o desabastecimento de medicamentos.

54. Dessa forma, a gestora da Subsecretaria de Administração Geral da SES/DF informou sobre a implementação de rotina semanal de catalogação de prioridades para aquisição de produtos na SES/DF, realizada pela área demandante, organizando os processos de contratação e aquisição conforme prioridade de urgência (fl. 767).

55. Outra medida adotada, visando tornar as contratações tempestivas e eficientes, foi a implementação do parecer técnico sobre as pesquisas de preços de cada produto a ser licitado (fl. 767).

---

<sup>1</sup> Prazo decorrido entre o Pedido de Aquisição de Material – PAM e a Data de Recebimento de Compra Processada.



56. Outrossim, informou-se sobre a formalização de um documento denominado Termo de Abertura do Projeto de Sistematização das Contratações da SES/DF, entre todas as subsecretarias da jurisdicionada, com a finalidade de elaborar e implementar um modelo que servirá de norteador em todo o processo de contratação (fls. 767/768).

### **Análise**

57. A responsável pela Subsecretaria de Administração Geral da SES/DF informou ter adotado algumas medidas para aprimorar o processo de aquisição de medicamentos, quais sejam: definição de prioridades para aquisição dos produtos, implementação do parecer técnico sobre pesquisa de preços e elaboração de um modelo de contratação para orientação das áreas responsáveis pelo processo de licitação (fl. 767).

58. As medidas informadas pela jurisdicionada são importantes para mitigação de erros no processo de licitação, o que auxilia a celeridade na aquisição de produtos para a SES/DF.

59. Não restou demonstrado, no entanto, a alteração da situação encontrada durante a auditoria e confirmada pelos trabalhos de inspeção: longo tempo de licitação e de aquisição de medicamentos.

60. Nesse sentido, conforme manifestação da jurisdicionada, as medidas para cumprimento do item "V.b" da Decisão 3.692/2016 estão em processo de implementação. Assim, sugere-se, apenas, que tome conhecimento das informações encaminhadas pela SES/DF, as quais subsidiarão o monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas.

### **Item "V.c" da Decisão 3.692/2016**

*V – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: [...] c) aplique, anualmente, o montante necessário no Componente Básico da Assistência Farmacêutica e demonstre a aplicação dos valores, por ente federativo (União e DF), no Relatório Anual de Gestão, de forma a permitir a adequada transparência e o controle da utilização desses recursos, conforme a Portaria GM/MS 1555/2013, em reiteração ao item "II.g" da Decisão n.º 2472/2014;*

61. A Portaria GM/MS 1.555/2013 prevê aplicação mínima de recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica<sup>1</sup> pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Entretanto, durante as fiscalizações realizadas por este Tribunal, foi verificado que não havia o controle, inclusive no Relatório Anual de Gestão - RAG, sobre a aplicação

<sup>1</sup> Componente Básico da Assistência Farmacêutica: destina-se à aquisição de medicamentos e insumos no âmbito da Atenção Primária em saúde e àqueles relacionados a agravos e programas de saúde específicos, inseridos na rede de cuidados deste nível de atenção.



desses valores. Além disso, conforme a análise da equipe de auditoria, foi constatada a baixa execução dos recursos orçamentários previstos para o programa de trabalho referente a esse Componente, com liquidação de apenas 35,13% do total do montante disponível (fls. 323/325).

62. Durante a inspeção realizada entre novembro de 2015 e março de 2016, verificou-se que o quadro encontrado anteriormente se mantinha. Os dados referentes aos anos de 2014 e 2015 demonstravam que, no Distrito Federal, sequer estava sendo disponibilizado, para o Programa de Trabalho referente ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, o valor estabelecido pela norma do Ministério da Saúde. Além disso, a execução de toda a despesa prevista, tanto de recursos do DF, quanto da União, não havia sido realizada. Dessa forma, tem-se forte indício de possível descumprimento da norma. Ressalta-se que o não cumprimento pode ensejar a suspensão do repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde, conforme o art. 17 da Portaria 1.555/2013 (fls. 684/687).

63. A Secretaria de Estado de Saúde não se manifestou a respeito deste item da Decisão 3.692/2016.

#### **Análise**

64. A inspeção realizada nos meses de novembro de 2015 a março de 2016 apresentou dados da disponibilização orçamentária e aplicação do recurso nos anos de 2014 e 2015, demonstrando que foi disponibilizado pelo DF somente 4,33% dos recursos no Componente Básico da Assistência Farmacêutica no ano de 2014. No ano de 2015, foi disponibilizado 89,29% dos recursos que o Distrito Federal deve utilizar (fls. 686/687).

65. Conforme a Portaria GM/MS 1.555/2013, a União e o Distrito Federal devem aplicar, anualmente, o montante de R\$ 13.311.000,00 (treze milhões, trezentos e onze mil reais) e R\$ 12.319.200,00 (doze milhões, trezentos e dezenove mil e duzentos reais), respectivamente.

66. Em consulta ao Quadro de Detalhamento de Despesa referente à Unidade Orçamentária 23901 – Fundo de Saúde do DF, verifica-se que a previsão e execução orçamentária do Programa de Trabalho 10.303.6202.4216.0002, Aquisição de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no ano de 2016 representa melhora do quadro encontrado nas fiscalizações realizadas pelo Corpo Técnico (PT 73, fl. 22):



**Tabela 1. Previsão e execução orçamentária, bem como montante legal a ser aplicado do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no exercício de 2016.**

Exercício 2016				
Origem dos recursos <sup>1</sup>	Despesa autorizada	Empenhado	Liquidado	Montante a ser aplicado <sup>2</sup>
Distrito Federal	R\$ 12.254.156,00	R\$ 11.918.828,16	R\$ 7.760.313,63	R\$ 12.319.200,00
União	R\$ 13.474.390,00	R\$ 13.474.390,00	R\$ 12.109.201,69	R\$ 13.311.000,00

Fonte: PT 73, fl. 22

**Tabela 2. Percentual de empenho e liquidação em relação à despesa autorizada e percentual de despesa autorizada em relação ao montante a ser aplicado.**

Exercício 2016			
Origem dos recursos	Empenho <sup>3</sup>	Liquidação <sup>4</sup>	Previsto X Montante a ser aplicado <sup>5</sup>
Distrito Federal	97,26%	63,33%	99,47%
União	100,00%	89,87%	101,23%

Fonte: PT 73, fl. 22

67. Os dados das tabelas demonstram que foi disponibilizado e empenhado praticamente a totalidade de recursos que devem ser aplicados no Componente Básico da Assistência Farmacêutica no exercício de 2016, conforme Portaria GM/MS 1.555/2013, o que representa grande avanço em relação à situação encontrada nas fiscalizações realizadas. No entanto, não há como verificar a apresentação de informações sobre aplicação desses recursos no Relatório Anual de Gestão de 2016, conforme previsto no normativo, tendo em vista que tal documento não foi publicado.

68. Nesse sentido, uma vez que houve grande melhora do quadro encontrado durante as fiscalizações e foi aplicado, no ano de 2016, quase a totalidade dos recursos previstos na Portaria GM/MS 1.555/2013, sugere-se considerar o item parcialmente atendido. No entanto, ressalta-se a necessidade de verificar a publicação das informações no Relatório Anual de Gestão, de forma a permitir a adequada transparência e o controle da utilização desses recursos, análise que deve ser feita no monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas.

**Item “V.d” da Decisão 3.692/2016**

*V – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: [...] d) aprimore o sistema informatizado Alphasinc, ou similar, para garantir a disponibilização, de forma célere e direta, de dados consolidados de*

<sup>1</sup> Os recursos do Distrito Federal se referem aos valores da fonte 100 no Quadro de Detalhamento de Despesas. Os recursos da União se referem aos valores da fonte 138 no Quadro de Detalhamento de Despesas.

<sup>2</sup> Montante a ser aplicado: Distrito federal = 4,72 x 2.610.000; União = 5,10 x 2.610.000.

<sup>3</sup> Percentual de empenho = (empenhado/despesa autorizada) x 100.

<sup>4</sup> Percentual de liquidação = (liquidação/despesa autorizada) x 100.

<sup>5</sup> Percentual de previsto x montante a ser aplicado = (despesa autorizada/montante a ser aplicado) x 100.



*programação e aquisição de medicamentos, inclusive dos judicializados, com o objetivo de permitir a obtenção de informações gerenciais, a construção de indicadores de desempenho e o monitoramento das atividades da Assistência Farmacêutica, em reiteração ao item "III.b" da Decisão n.º 2472/2014;*

69. A época da auditoria, foi verificado que não havia exame analítico dos fatores que impactam negativamente a Programação de Produtos da Assistência Farmacêutica, em especial dos eventos que podem levar à existência de itens zerados na rede pública de saúde do DF (fl. 304).

70. Durante os trabalhos de inspeção, verificou-se que o quadro continuava o mesmo. A Diretoria de Aquisições não possuía informações gerenciais, nos anos de 2014 e 2015, referentes a: quantidade de itens cancelados; quantidade e percentual de fracassos por preço; tempo para aquisição de itens em Registro de Preços; variações entre o preço de referência e os preços das propostas (fl. 688).

71. Ademais, restou demonstrado que o sistema eletrônico utilizado pela SES/DF apresentava as informações de forma individual para cada medicamento. Não oferecia registros consolidados que permitissem a análise gerencial de todo o quadro de programação e aquisição da Assistência Farmacêutica (fls. 688/689).

72. Nesse sentido, o gestor responsável pela Diretoria de Sistema de Informação – DSI/CTINF/GAB/SES-DF informou sobre a possibilidade de aprimoramento do sistema Alphasinc, atualmente utilizado para gestão de materiais da SES/DF, com o objetivo de inserir dados para auxiliar a aquisição de medicamentos, conforme a seguir (fl. 777):

*[...] o Sistema Alphasinc possui uma série de modularidades voltadas à Administração de recursos materiais, as quais poderão ser adaptadas, da forma como for demandado pelos Setores da SES/DF envolvidos na Gestão de Materiais e Medicamentos, garantindo a disponibilização, célere e direta, de dados consolidados de programação e aquisição de medicamentos, inclusive dos judicializados, conforme determinação da Corte de Contas do DF. Assim, entendendo a gestão de compras como sendo uma atividade fundamental para a área finalística desta Instituição, influenciando diretamente na eficácia e efetividade da gestão, colocamo-nos ao inteiro dispor para auxiliar os Setores envolvidos nas atividades de Assistência Farmacêutica da SES/DF, no que for necessário à implementação de melhorias no Sistema Informatizado que viabilizem a otimização do fluxo de suprimentos, afiançando a qualidade no atendimento ao público usuário do SUS/DF.*

73. Ademais, foi informado que a Diretoria de Sistemas de Informação - DSI, a Diretoria de Assistência Especializada - DIASF, a Gerência de Programação de Medicamentos e Insumos para a Saúde - GEPRO e a Gerência de Custos em Saúde -- GECS estão trabalhando em conjunto para elaboração de um instrumento de gestão para auxílio na programação de aquisição de medicamentos (fl. 778):





*Cabe-nos, ainda, informar que estamos trabalhando junto a DIASF, GEPRO e Gerência de Controle de Custos, na elaboração de Painéis de Gestão que servirão para auxiliar na programação de aquisição de medicamentos, incluindo, inclusive, algoritmos estatísticos preditivos, visando análise da mobilidade do ponto de ressuprimento, baseada em fatores e indicadores coletados ao longo do processo de aquisição, dispensação e reabastecimento dos estoques.*

### **Análise**

74. A jurisdicionada se manifestou no sentido de que estão trabalhando para aprimorar o sistema atualmente utilizado pela SES/DF de administração de materiais, com a finalidade de auxiliar na gestão da aquisição dos produtos a serem adquiridos e dar cumprimento à determinação deste Tribunal.

75. Pondera-se, entretanto, que, conforme manifestação dos gestores, ainda não foram implementadas as medidas para plena disponibilização dos dados gerenciais referentes à Assistência Farmacêutica (fls. 777/778).

76. Tendo em vista que a jurisdicionada informa estar adotando medidas para atender à determinação deste Tribunal, sugere-se, apenas, que sejam conhecidas as informações apresentadas, que contribuirão para o monitoramento, autorizado pela Decisão 3.692/2016.

### **Item “V.e” da Decisão 3.692/2016**

*V – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: [...] e) adote medidas para diagnosticar as causas dos fracassos de preços nas aquisições de medicamentos, bem como ações para sanear as fragilidades identificadas, em reiteração ao item “II.f” da Decisão n.º 2472/2014;*

77. Os trabalhos de inspeção permitiram constatar que se mantinha o quadro encontrado na auditoria de grande quantidade de fracassos por preço em licitações de medicamentos realizadas pela SES/DF. Em 2015 verificou-se um percentual de **25,10%** (n = 359) de fracassos em relação ao total de itens licitados (n = 1430) (fls. 691/692).

78. A SES/DF se manifestou por meio do Despacho DIAQ 11/2016, de 01/11/2016, afirmando que a realização do diagnóstico das causas dos fracassos em licitações de medicamentos e a implementação de ações para solucionar a situação deve ser feita por todos os atores envolvidos na aquisição e contratação da SES/DF. Apresentaram-se possíveis causas dos fracassos, quais sejam:

- (i) realização de pregão em período próximo e anterior ao reajuste da Tabela CMED/Anvisa e consequente utilização de dados de compras públicas imediatamente anteriores à majoração da tabela;



(ii) atrasos nos pagamentos aos fornecedores, com consequente apresentação de propostas no processos de licitação com valores mais altos, tendo em vista o risco do atraso ou falta de pagamento;

(iii) falta de interesse por parte de laboratórios de medicamentos em participar de licitações da SES/DF, embora participem de processos em outros estados, de forma que fabricantes costumam apresentar preços mais vantajosos do que as distribuidoras (fl. 763v e 769).

79. Nesse sentido, afirmou-se que as áreas envolvidas nos processos licitatórios estão elaborando calendário de licitação para padronizar os períodos de realização do pregão, tendo em vista os reajustes de preços da Tabela CMED (fl. 769).

#### **Análise**

80. A jurisdicionada apresentou possíveis causas para a grande quantidade de fracasso de preços de medicamentos no âmbito da SES/DF, além de apontar medida para diminuir o problema. Entretanto, não apresentou qualquer dado ou documento que demonstre a alteração da situação encontrada nas fiscalizações feitas pelo Corpo Técnico deste Tribunal.

81. Pondera-se, no entanto, que outras medidas estão sendo tomadas e que concorrem para a mitigação dos fracassos de preços, quais sejam: a implementação de Procedimentos Operacionais Padrão na estimativa de preços e a capacitação de servidores (fls. 766, 770 e 773).

82. Nesse sentido, observa-se que os gestores da SES/DF informam a realização de ações para cumprimento das determinações constantes na Decisão 3.692/2016. Propõe-se ao Plenário, portanto, tomar conhecimento das informações apresentadas, as quais contribuirão para o monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas, a fim de verificar a implementação das medidas e a redução na quantidade de licitações fracassadas por preço.

#### **Item “V.f” da Decisão 3.692/2016**

*V – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: [...] f) proceda à inserção correta e de forma completa, no sistema Alphasinc, dos dados do cadastro de produto e das notas fiscais referentes aos medicamentos da lista de desonerados pelo Convênio ICMS 87/2002;*



83. Durante os trabalhos de inspeção, constatou-se que permaneciam falhas operacionais quanto à aplicação do Convênio ICMS/CONFAZ 87/02<sup>1</sup>, que trata da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para determinados medicamentos listados na norma e adquiridos pela Administração Pública (fls. 695/701).

84. Assim, restaram constatadas impropriedades no registro dos medicamentos padronizados no sistema Alphasinc, de forma que havia produtos que constavam na lista do Convênio ICMS 87/2002, mas não possuíam o registro da isenção do imposto em seus cadastros e nas informações de recebimento dos medicamentos apresentadas no sistema (fl. 698).

85. A jurisdicionada informou que, no âmbito da Diretoria de Assistência Farmacêutica – DIASF, a partir de 31/10/2016, pretendia-se implementar as seguintes medidas: ativação da informação de isenção pelo Convênio ICMS 87/2002 no cadastro dos produtos constantes do sistema Alphasinc e inserção correta e completa das Notas Fiscais (fl. 779v).

### **Análise**

86. A jurisdicionada limitou-se a informar que estava previsto para o dia 31/10/2016 o início dos trabalhos de registro adequado das informações sobre os medicamentos desonerados pelo Convênio ICMS 87/2002 no sistema Alphasinc. Assim, de acordo com o que foi informado, infere-se que, atualmente, a SES/DF deve estar inserindo os dados de forma correta (fl. 779v).

87. No entanto, não foi apresentado qualquer documento que indique a correta inserção dos dados de desoneração de ICMS no sistema Alphasinc.

88. Nesse sentido, observa-se que restou apenas a afirmação de que a SES/DF está atuando de forma a cumprir a determinação constante do item “V.f” da Decisão 3.692/2016, sem, contudo, comprovação da ação. Sugere-se, portanto, que sejam conhecidas as informações apresentadas pela jurisdicionada no que concerne ao registro dos dados dos medicamentos desonerados no sistema Alphasinc, as quais serão utilizadas para amparar o monitoramento a ser realizado por este Tribunal.

<sup>1</sup> [http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2002/CV087\\_02.htm](http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2002/CV087_02.htm)



**Item “V.g” da Decisão 3.692/2016**

*V – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: [...] g) adote medidas para que a disponibilização dos créditos do superávit financeiro da Assistência Farmacêutica seja realizada o mais célere possível;*

89. Conforme Relatório de Inspeção 1.2001/2016, houve considerável melhora nos tempos de apuração do superávit dos recursos da Assistência Farmacêutica em cada órgão responsável pela atividade, ao se compararem os anos de 2014 e 2015 com os anos de 2011 e 2012. Além disso, em 2014 os créditos foram disponibilizados ainda no primeiro quadrimestre de cada ano. Entretanto, no ano de 2015, houve um retrocesso, uma vez que a disponibilização dos créditos ocorreu apenas no segundo semestre, em 19/08/2015 (fls. 703/704).

90. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de adoção de medidas para dar celeridade a essa apuração, para disponibilização tempestiva dos recursos orçamentários à SES/DF. Não obstante, a jurisdicionada não se manifestou quanto ao item da determinação em análise.

**Análise**

91. A apuração intempestiva do superávit financeiro da Assistência Farmacêutica representa prejuízo à aquisição de medicamentos, uma vez que, o prolongado tempo de apuração resulta em disponibilização tardia dos recursos, com possível comprometimento de sua utilização.

92. A SES/DF não se manifestou quanto ao item “V.g” da Decisão 3.692/2016. Propõe-se, portanto, considerar não atendido e reiterar o item em comento.

**Item “V.h” da Decisão 3.692/2016**

*V – determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: [...] h) proceda ao levantamento dos processos de medicamentos e fármacos adquiridos nos últimos cinco anos em desacordo com as disposições do Convênio ICMS nº 87/02 e alterações posteriores, adotando as medidas necessárias à regularização, em reiteração ao item “III.e” da Decisão nº 2472/2014;*

93. Conforme anteriormente relatado, em fiscalização realizada no ano de 2012, constatou-se que havia falha na aplicação das regras do Convênio ICMS/CONFAZ 87/02<sup>1</sup>, que trata da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS para determinados medicamentos listados na norma e adquiridos pela Administração Pública (fls. 318v/319v).

<sup>1</sup> [http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2002/CV087\\_02.htm](http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/2002/CV087_02.htm)



94. Dessa forma, existiam alguns medicamentos que constavam da lista desse Convênio e, portanto, deveriam ser desonerados do imposto de ICMS, não obstante o registro na Nota Fiscal da incidência do imposto para posterior cobrança pelo órgão competente. Nesse sentido, após a auditoria, foi determinada a apuração de aquisições em desacordo com o Convênio para regularização da situação (fls. 318v/319v).

95. Conforme o Diretor Executivo do Fundo de Saúde, o levantamento de medicamentos e fármacos adquiridos nos últimos cinco anos em desacordo com o Convênio ICMS 87/2002 e suas alterações será realizado a partir do dia 01/03/2017 pela Gerência de Contabilidade – Gerência de Conformidade Contábil e Análise de Custos, da seguinte forma (fl. 781):

*[...] notas fiscais emitidas até 31/12/2015 terão sua devolução do valor requeridas junto à Secretaria de Fazenda do domicílio originário do fornecedor, observando-se a existência de isenção fiscal, já as notas fiscais emitidas a partir de janeiro de 2016, serão pleiteadas parte do domicílio de origem e parte na Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.*

#### **Análise**

96. A manifestação da jurisdicionada demonstra que a SES/DF traçou a medida a ser adotada para o ressarcimento da cobrança indevida de ICMS, qual seja, a solicitação da restituição dos valores cobrados de ICMS aos órgãos responsáveis pelo recolhimento do tributo. No entanto, as medidas serão implementadas somente a partir do dia 01/03/2017.

97. Dessa forma, sugere-se, portanto, tomar conhecimento das informações apresentadas pela SES/DF referente ao item “V.h” da Decisão 3.692/2016, que serão objeto de análise no monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas.

#### **Item “VI” da Decisão 3.692/2016**

*VI – recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que promova o aperfeiçoamento dos servidores que exercem a atividade de pesquisa de preços de medicamentos ou que solicite à Escola de Governo do Distrito Federal a promoção de curso de aperfeiçoamento específico para essa área, em conformidade com a Ordem de Serviço 01/2016 - EGOV;*

98. Durante as fiscalizações realizadas pelo Corpo Técnico deste Tribunal, restou constatado significativo número de fracassos em licitações em conjunto com desabastecimento de medicamentos na rede pública de saúde, além de variação nos procedimentos adotados pelos responsáveis pela pesquisa de preços de medicamentos (fls. 691/694).



99. A jurisdicionada informou que há 18 servidores que atuam na pesquisa de preço de produtos a serem licitados e que treze participaram do curso denominado “*Metodologia para Pesquisa e Análise de Preço*”, oferecido pela Escola de Governo – EGOV, nos meses de julho a setembro de 2016 (fls. 763v/764; 770; 773/774).

100. Ademais, indicou as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Governo do Distrito Federal como obstáculo à realização de capacitação, o que prejudicou a participação dos servidores em cursos, seminários e congressos, principalmente em virtude dos Decretos Distritais 36.471/2015 e 37.121/2016, que vedaram a assunção de gastos com esses eventos (fls. 763v/764; 770; 773/774).

101. A despeito das dificuldades, foi informado que a Diretoria de Instrução para Aquisição - DIAQ tem trabalhado em conjunto com a Gerência de Educação em Saúde para formação de curso específico para estimativa de preços de medicamentos (fls. 763v/764; 770; 773/774). Assim, conforme Plano de Ação encaminhado pela gestora da Gerência de Educação em Saúde – GES/DIPMAT/SUGEP/SES-DF, está prevista a realização de curso específico para pesquisa de preços de medicamentos a ser ministrado em abril de 2017 (fl. 774).

102. Conforme o Diretor Executivo da Escola de Contas do Governo - EGOV, essa instituição de capacitação de servidores oferta curso sobre pesquisa de preços, assunto que faz parte do conteúdo programático do curso denominado “*Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência*”. Em 2016, sete turmas concluíram o curso com a participação de 25 servidores lotados na Secretaria de Saúde (fl. 751).

103. Foi informado, também, que não há solicitação por parte da SES/DF de curso específico sobre pesquisa de preços de medicamentos. Entretanto, afirmou-se que a EGOV pode adequar o conteúdo programático para atender às necessidades da Secretaria de Saúde (fl. 751).

### **Análise**

104. A manifestação da jurisdicionada demonstra que a SES/DF tem adotado medidas para capacitação dos servidores quanto a pesquisa de preços de medicamentos, apresentando quadro de servidores e respectivas participação nos eventos de aperfeiçoamento. Assim, além de inserir os servidores em cursos que têm como assunto a realização de estimativa de valores em processos de licitação, está trabalhando para a realização de curso específico sobre a pesquisa de preços de medicamentos.





105. Dessa forma, uma vez que a SES/DF tem realizado ações para capacitação de seus servidores, propõe-se considerar o item “VI” da Decisão 3.692/2016 parcialmente atendido, de forma que sejam conhecidas as manifestações dos jurisdicionados, as quais contribuirão para análise a respeito da eficácia das medidas adotadas, no monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas.

**Item “VII” da Decisão 3.692/2016**

*VII – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que elabore e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, Plano de Ação, conforme modelo apresentado no Anexo do Relatório de Inspeção n.º 1.2001/2016-DIAUD2, para implementação das proposições constantes dos itens “V.b”, “V.d”, “V.e”, “V.g” e “V.h” acima, contendo cronograma completo de ações, bem como a sequência de procedimentos que serão executados, constando o prazo e a unidade ou setor responsável pela implementação;*

106. A SES/DF, visando atender ao item “VII” da Decisão 3.692/2016, apresentou um Plano de Ação, conforme Quadro a seguir (fls. 770/771; 779v e 781):

**Quadro 01: Plano de Ação referente ao item “VII” da Decisão 3.692/2016**

Determinações e Recomendações	Medidas a serem adotadas	Data prevista para a implementação	Unidade/setor responsável
V.b - Adote medidas para dar celeridade às licitações para aquisição de medicamentos, de forma a evitar o desabastecimento na rede pública de saúde;	1. Rotina de catalogação de prioridades, a qual é realizada pela área demandante; 2. Formalização do Termo de Abertura do Projeto de Sistematizações das Contratações SES/DF.	1. Medida já implementada;  2. Quarenta e cinco dias.	1. SUAG  2. SUAG/SULIS/SAIS/SUPLANS/CETINF
V.e - Adote medidas para diagnosticar as causas dos fracassos de preços nas aquisições de medicamentos, bem como ações para sanear as fragilidades identificadas, em reiteração ao item “II.f” da Decisão n.º 2472/2014;	Calendário de licitação, objetivando padronizar os períodos de ocorrência dos pregões.	Quarenta e cinco dias	SUAG/SULIS/SAIS/SUPLANS/CETINF
V.h - Proceda ao levantamento dos processos de medicamentos e fármacos adquiridos nos últimos	Quanto ao levantamento em ordem, notas fiscais emitidas até 31/12/2015 terão sua devolução do valor requeridas junto à Secretaria de Fazenda	01/03/2017	Diretoria de Contabilidade - Gerência de Conformidade, Contábil e Análise de Custos GAC/DICON/FSDF



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
SEGUNDA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 809  
Proc.:5504/11

cinco anos em desacordo com as disposições do Convênio ICMS nº 87/02 e alterações posteriores, adotando as medidas necessárias à regularização, em reiteração ao item "III.e" da Decisão n.º 2472/2014;	do domicílio originário do fornecedor, observando-se a existência de isenção fiscal; já as notas fiscais emitidas a partir de janeiro de 2016, serão pleiteadas parte do domicílio de origem e parte na Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.		
---	--	--	--

Fonte: fls. 770/771; 779v e 781

### **Análise**

107. A SES/DF encaminhou Plano de Ação referente aos itens "V.b"; "V.e" e "V.h" da Decisão 3.692/2016, que consta informações sobre medidas que podem contribuir para a reversão das impropriedades encontradas durante as fiscalizações realizadas pelo Corpo Técnico deste Tribunal (fls. 770/771; 779v e 781).

108. Verifica-se que, conforme cronograma apresentado, as medidas referentes à celeridade dos processos de licitação e ao fracasso de preços já devem ter sido adotadas pela SES/DF, razão pela qual deve ser objeto de análise no monitoramento autorizado pela Decisão 3.692/2016 (fls. 770/771; 779v e 781).

109. Quanto à determinação de se realizar " [...] levantamento dos processos de medicamentos e fármacos adquiridos nos últimos cinco anos em desacordo com as disposições do Convênio ICMS nº 87/02 e alterações posteriores, adotando as medidas necessárias à regularização [...]", verifica-se que está próxima a data de início de implementação das medidas indicadas, devendo ser verificada a adoção das ações quando do monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas (fl. 781).

110. Cumpre registrar a ausência de Plano de Ação referente aos itens "V.d" e "V.g", em desacordo com determinação da Decisão 3.692/2016. Tais itens tratam, respectivamente, da disponibilização de dados gerenciais de aquisição de medicamentos em sistema informatizado para acesso célere e direto às informações e da disponibilização célere dos créditos do superávit da Assistência farmacêutica.

111. Os itens que restaram sem Plano de Ação podem ser analisados de forma mais minuciosa no monitoramento a ser realizado por este Tribunal, conferindo agilidade ao processo e, consequentemente, à resolução das impropriedades identificadas.

112. Ademais, embora o item referente à disponibilização de dados gerenciais de aquisição de medicamentos em sistema informatizado da SES/DF não possua Plano de



Ação, a jurisdicionada indicou a adoção de medidas para cumprimento da determinação Plenária, conforme analisado nos parágrafos 69 a 73.

113. Nesse sentido, sugere-se tomar conhecimento das informações apresentadas em face do item “VII” da Decisão 3.692/2016, as quais serão utilizadas para subsidiar o monitoramento a ser realizado por este Tribunal.

### **III. Considerações Finais**

114. O Secretário de Saúde do DF, por meio do Ofício 144/2017- GAB/SES, de 20/01/2017, solicitou prorrogação de prazo para se manifestar quanto à Decisão 3.692/2016, em face da falta de pronunciamento da Subsecretaria de Logística e Infraestrutura da Saúde – SULIS e do Fundo de Saúde do DF – FSDF (fls. 785/787).

115. Tendo em vista a apresentação em 26/12/2016 de informações sobre as determinações objeto da Decisão 3.692/2016, as quais já estavam sendo analisadas quando se encaminhou o pedido de prorrogação de prazo pela jurisdicionada, sugere-se considerar prejudicado o pedido de dilação de prazo, com intuito de dar celeridade ao processo e permitir a atuação tempestiva desta Corte de Contas.

### **IV. Conclusão**

116. A análise da manifestação dos jurisdicionados permitiu concluir que a SES/DF apresentou informações satisfatórias quanto à maioria dos itens da Decisão 3.962/2013, entretanto, nenhuma determinação pode ser considerada inteiramente atendida.

117. As diligências determinadas à SES/DF visam a melhoria da prestação do serviço de Assistência Farmacêutica no âmbito do Distrito Federal e abrangem medidas que concorrem, principalmente, para evitar o desabastecimento de medicamentos da rede de saúde por meio da celeridade nos processos de licitação; disponibilização de recursos financeiros adequados para atender a demanda; entre outras. Além disso, as determinações contribuem para aperfeiçoar as estruturas dos setores envolvidos na Política de Assistência Farmacêutica, melhorando as atividades e os instrumentos de gestão.

118. Cumpre registrar que a realização do monitoramento autorizado por meio da Decisão 3.692/2016 permitirá o exame do pleno cumprimento das determinações exaradas por esta Corte de Contas, identificando as medidas adotadas pela jurisdicionada, bem como a eficácia de suas ações.

119. Por fim, considerando que a maioria das ações informadas pela SES/DF se encontram em início de implementação, entende-se necessário obter informações acerca da



situação atual das medidas, de forma a possibilitar o adequado acompanhamento por parte desta Corte de Contas sobre o cumprimento da Decisão 3.692/2016.

## **V. Proposições**

120. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:
- I. tomar conhecimento dos Ofícios 1383/2016 – GAB/SEPLAG (fl. 750), 2942/2016 – GAB/SES (fl. 756) e 144/2017 – GAB/SES (fl. 785) e seus anexos;
  - II. considerar parcialmente atendidos os itens “V.c” e “VI” da Decisão 3.692/2016;
  - III. conhecer as informações encaminhadas em atenção aos itens “IV.c”; “IV.d”; “IV.e”; “V.a”; “V.b”; “V.d”; “V.e”; “V.f”; “V.h”; “VI” e “VII”, as quais serão utilizadas para subsidiar o monitoramento a ser realizado por esta Corte de Contas com o propósito de certificar a efetiva implantação das determinações;
  - IV. considerar não atendidos os itens “IV.a”; “IV.b” e “V.g” da Decisão 3.692/2016;
  - V. reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a adoção de providências com vistas ao cumprimento dos itens “IV.a”; “IV.b” e “V.g” da Decisão 3.692/2016, no prazo de 90 dias, alertando ao seu titular para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar n.º 01/1994;
  - VI. considerar prejudicado o pedido de prorrogação de prazo para manifestação realizado pela SES/DF, por meio do Ofício 2942/2016- GAB/SES;
  - VII. determinar à SES/DF que encaminhe ao Tribunal, no prazo de 90 dias, informações acerca do andamento das ações adotadas com vistas ao cumprimento da Decisão 3692/2016, em especial, no tocante as medidas apresentadas no Ofício 2942/2016-GAB/SES/DF;
  - VIII. alertar ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal da realização de futuro monitoramento com o objetivo de examinar a efetiva implementação das medidas objeto da Decisão TCDF 3.692/2016;
  - IX. autorizar:
    - a) o encaminhamento de cópias desta Informação, do Voto e da Decisão a ser proferida ao titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
SEGUNDA DIVISÃO DE AUDITORIA

Fls.: 812  
Proc.:5504/11

- b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para os procedimentos pertinentes.

À superior consideração.

Brasília-DF, 06 de fevereiro de 2017

ADRIANA MAGALHAES RIBEIRO SALLES  
Auditora de Controle Externo – Matrícula 1486-1

Senhor Secretário de Auditoria,

Pondo-me de acordo com as sugestões apresentadas, submeto os presentes autos à consideração de Vossa Senhoria.

2ª Divisão de Auditoria, 09 de fevereiro de 2017

GILMAR DE SOUZA MOURA  
Diretor